

Londrina-PR, 05 de maio de 2026.

Aos acionistas da

BME SECURITIZADORA S/A.

Senhores Acionistas,

A Administração da **BME SECURITIZADORA S/A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao período de 31 de dezembro de 2024 comparativas à 31 de dezembro de 2025.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, fundada em 25 de setembro de 2020 e tem por objeto específico a aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos comercial, industrial, prestação de serviços que sejam passíveis de securitização (ativos empresariais em geral), conforme Política de Crédito devidamente aprovada pela Diretoria.

Atenciosamente,

BME SECURITIZADORA S/A.

Diretor Presidente
Thiago Eik Mendes Paloco

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da:

BME SECURITIZADORA S/A

Londrina – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BME SECURITIZADORA S/A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BME SECURITIZADORA S/A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos

descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Direitos creditórios a receber (Nota explicativa 6)

O saldo de Direitos Creditórios é utilizado como lastro na operação de securitização, sendo assim a garantia dos Recursos de debentures emitidos pela companhia. Ao fim do exercício de 2025, a conta representava 94,91% (noventa e quatro inteiros e noventa e um centésimos por cento) do total do Ativo da companhia. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de análise dos relatórios emitidos pelo sistema da companhia, realizando conferência entre os saldos contábeis e financeiros. Efetuamos o procedimento de confirmação (circularização) dos saldos de uma amostra dos clientes e confirmamos se os saldos contábeis registrados estavam de acordo com os saldos informados nas confirmações recebidas. Examinamos os contratos de emissão das debêntures, de forma a verificar se o mesmo continha cláusula de lastro com os direitos creditórios a receber. Verificamos os contratos com os clientes e os termos de cessão, analisando a taxa de juros, prazos de recebimento, forma de pagamento.

Recursos de debentures (Nota explicativa 12)

A emissão e colocação de Recursos de debentures é uma das etapas da securitização de créditos. Durante o exercício de 2025 a Companhia utilizou essa modalidade para atingir seus objetivos comerciais. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de análise dos relatórios de controles internos relacionados as debêntures emitidas pela Companhia. Verificamos as Escrituras de emissão das debêntures, seu registro na Junta Comercial do Estado e publicadas no diário oficial e jornal de grande circulação, analisamos suas cláusulas, prazos para resgate, valor unitário, taxa de remuneração, garantia, verificamos os procedimentos em relação ao lastro com os direitos creditórios. Efetuamos também a análise dos aportes de debêntures, em relação ao lastro da origem do valor ser em nome do debenturista e oriundo de sua conta corrente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no

Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria planejando os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 15 de junho de 2026.

JULIANO DOS SANTOS
MACHADO:90271823968

Assinado de forma digital por
JULIANO DOS SANTOS
MACHADO:90271823968
Dados: 2026.06.29 09:17:48 -03'00'

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC
Juliano dos Santos Machado - Sócio
Contador – CRC/PR – 051229/O-8

Balanço patrimonial dos exercícios findos em:
(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.309.208	2.455.118
Direitos creditórios a receber	6	136.331.799	65.421.520
Tributos a recuperar			5.923
Adiantamento a Fornecedores		700	3.750
Devolução a realizar			6.252
Total do ativo circulante		143.641.707	67.891.933
Ativo não circulante			
Imobilizado		2.410	5.281
Total do ativo não circulante		2.410	5.281
Total do Ativo		143.644.117	67.897.214

Balanço patrimonial dos exercícios findos em:
(Valores expressos em reais)

PASSIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Empréstimos e Financiamentos	7		878.000
Obrigações com fornecedores	8	215.622	252.876
Obrigações tributárias	9	420.668	56.907
Obrigações trabalhistas e sociais		3.643	3.517
Outras Obrigações	10	298.688	77.578
Total do passivo circulante		938.621	1.268.878
Passivo não circulante			
Partes Relacionadas	11	-	1.617.009
Recursos de debentures	12	142.262.744	64.768.322
Total do passivo não circulante		142.262.744	66.385.331
Patrimônio líquido	13		
Capital social		100.000	100.000
Reserva legal		20.000	20.000
Reserva de Lucros		322.752	123.005
Total do patrimônio líquido		442.752	243.005
Total do Passivo		143.644.117	67.897.214

Demonstração do resultado dos exercícios findos em:
(Valores expressos em reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receitas operacionais			
Receita de juros, líquida		10.825.748	6.754.905
Receita de juros, líquida - Alta Performance		27.145.184	11.759.911
Custo de Capital		(4.326.634)	(2.340.981)
Custo de Capital – Alta Performance		(25.242.670)	(11.298.336)
Deduções da receita		(396.929)	(244.559)
Receita operacional líquida		8.004.699	4.630.940
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(3.629.391)	(4.823.077)
Total das despesas operacionais		(3.629.391)	(4.823.077)
Lucro antes do resultado financeiro	14	4.375.308	(192.137)
Receitas financeiras		134.486	383.831
Despesas financeiras		(1.557.882)	(366.471)
Resultado financeiro líquido	15	(1.423.396)	17.360
Resultado antes das provisões		2.951.912	(174.777)
(-) Provisão para contribuição social		(231.938)	(18.004)
(-) Provisão para imposto de renda		(620.271)	(38.370)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		2.099.703	(231.151)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos períodos findos em:
(Valores expressos em reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	100.000	51.927	768.802	920.729
Resultado do período			(231.151)	(231.151)
Distribuição de Dividendos			(446.573)	(446.573)
Reclassificação de excedente da reserva		(31.927)	31.927	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	100.000	20.000	123.005	243.005
Resultado do período			2.099.703	2.099.703
Distribuição de Dividendos			(1.899.956)	(1.899.956)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	100.000	20.000	322.752	442.752

Demonstração dos fluxos de caixa dos períodos findos em:
(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do IRPJ E CSLL	2.951.912	(231.151)
Ajustado por:		
- Depreciação	2.871	2.871
- Remuneração de debêntures Securitizadora	29.569.304	12.165.220
- Provisão para perda com devedores duvidosos	318.351	
	32.842.438	11.936.940
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Direitos Creditórios a receber	(71.228.630)	(44.785.699)
Tributos a recuperar	5.923	4.141
Devoluções a realizar	6.252	(6.252)
Outros Creditos	3.050	
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Obrigações com Fornecedores	(37.254)	(7.380)
Obrigações Fiscais e Tributárias (exceto IR e CS)	363.761	26.776
Obrigações Sociais e Trabalhistas	126	349
Outras Obrigações	221.110	51.472
Caixa proveniente/(usado) nas operações	(37.823.854)	(32.779.653)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(852.209)	
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(38.676.063)	(32.779.653)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aporte de partes relacionadas	3.304.388	4.601.136
Liquidação de partes relacionadas	(4.921.897)	(3.269.701)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(1.617.009)	1.331.435
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.000.508)	(949.812)
Aquisição de empréstimos e financiamentos	122.508	1.827.813
Pagamento de dividendos	(1.899.956)	(446.573)
Emissão de debêntures	116.807.703	61.635.441
Resgate de debêntures	(68.882.585)	(29.597.441)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	45.147.162	32.469.428
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.854.090	1.021.210
Caixa e equivalente de caixa no início do período	2.455.118	1.433.908
Caixa e equivalente de caixa no final do período	7.309.208	2.455.118

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do exercício
findo em 31 de dezembro de 2025.**

1. Contexto Operacional

A **BME SECURITIZADORA S/A** é uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, fundada em 25 de setembro de 2020 e tem por objeto específico a aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos segmentos comercial, industrial, prestação de serviços que sejam passíveis de securitização (ativos empresariais em geral), conforme Política de Crédito devidamente aprovada pela Diretoria.

A Companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na Avenida Maringá, nº 1765, Pavimento 2º, Vitórias, CEP 86.060-000 inscrita no CNPJ sob nº 38.925.847/0001-50.

2. Riscos

2.1. Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2. Risco de Liquidez:

Risco de Liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo.

2.3. Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.4. Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.5. Risco fiscal:

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2026 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.6. PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2026, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.7. Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.8. Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.9. Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido. A companhia procura não possuir concentração de crédito de clientes, visando a diversificação da carteira de clientes e contínuo acompanhamento dos prazos da carteira de crédito. Para assegurar o recebimento dos clientes, a Companhia realiza o acompanhamento da atividade financeira por intermédio de consultas e gerenciamento junto aos órgãos de proteção de crédito, além de cobrar as garantias constituídas.

2.10. Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência. Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a

legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 estão de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial pela NBC TG 26 (R5) e incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis.

A Companhia elaborou o seguinte conjunto de Demonstrações Financeiras, conforme previsto no item nº 10 da NBC TG 26 (R5): Balanço Patrimonial – BP; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL e Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. Em todas as demonstrações foram apresentados os saldos do final do exercício, bem como do final do exercício anterior para fins de comparabilidade.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro
CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos
CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas
CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
CPC 24 – Evento subsequente
CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC 27 (R1) – Ativo imobilizado
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Continuidade: A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

Reforma Tributária: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, introduzindo um novo modelo de tributação baseado em um sistema de Imposto sobre Valor Agregado repartido (IVA dual). O novo sistema é composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, que substituirá o PIS e a Cofins, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, que substituirá o ICMS e o ISS.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que regulamentou parcialmente a Reforma Tributária, instituindo os novos tributos e prevendo, também, a criação do Comitê Gestor do IBS. Posteriormente, a Lei Complementar nº 227/26 disciplinou a implementação prática do IBS, detalhando criação, composição, atribuições do Comitê Gestor e critérios de repartição da arrecadação entre os entes federados.

A Reforma Tributária será implementada de forma gradual, por meio de um período de transição entre 2026 e 2032, durante o qual os regimes tributários – antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma Tributária na apuração dos tributos da Companhia, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia.

4. Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis

envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2. Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de

colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3. Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4. Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido- correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços, Pis e Cofins

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 4% (quatro por cento).
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento)
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 5%.

4.5. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2025 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8. Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Lei Nº 9.430/1996, Art. 9º, §

7º, Lei 13.097/2017, Art. 8º e na Instrução Normativa RFB Nº 1.700 de 14 de março de 2017 em seu art. 71.

4.9. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11. Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores

compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12. Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.13. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.14. Eventos Subsequentes

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5. Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas

garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Banco Conta Movimento	6.100.663	1.903.259
Aplicação Financeira	1.208.545	539.672
Numerário em Trânsito		12.187
Total de Caixa e Equivalentes	7.309.208	2.455.118

6. Direitos Creditórios

O saldo de Direitos Creditório é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

Também em função da análise individual dos valores a receber, para verificação da potencialidade de perdas inserida na carteira, a administração optou por não reconhecer a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) requerida pelo CPC 38.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Administração da Companhia definiu com base na Escritura das Debêntures que os direitos creditórios associados as debêntures enquadram-se nas “Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios”.

a) Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Duplicatas a receber	32.756.976	25.175.179
Duplicatas a receber - Alta Performance	112.893.873	41.526.993
(-) PDD	(938.698)	(620.348)
(-) Juros a apropriar de confissão de dívida	(1.028.639)	(388.513)
(-) Encargos de CCB		(271.791)
(-) Receita a apropriar	(838.000)	
(-) Receita a apropriar – Alta Performance	(6.513.713)	
Total de Direitos Creditórios	136.331.799	65.421.520

b) Posição por vencimento em dias da carteira de direitos creditórios:

Períodos em dias	A vencer	Vencidos
até 30 dias	41.714.082	10.113.649
de 31 e 60 dias	18.366.671	3.470.407
de 61 e 90 dias	10.451.133	2.623.878
de 91 e 120 dias	5.027.857	2.699.178
de 121 e 150 dias	2.000.128	5.802.261
de 151 a 180 dias	1.476.873	4.526.412
Acima de 181 dias	13.612.677	23.765.643
(-) PECLD		(9.319.050)
Total Geral	136.331.799	

7. Empréstimos e Financiamentos

A conta “empréstimos e financiamentos” refere-se a um empréstimo efetuado junto a instituição financeira, disposto da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos-Parcelas de Curto Prazo		878.000
Total de Empréstimos e Financiamentos	-	878.000

8. Obrigações com fornecedores

O Saldo de "Fornecedores" está relacionado da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	215.622	252.876
Total de Fornecedores	215.622	252.876

9. Obrigações Tributárias

A conta de "Obrigações Tributárias" está composta da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
IRRF a recolher	84.647	25.461
IOF retido a recolher	84	
ISS retido a recolher	120	21
CRF retido a recolher	192	136
IRPJ	216.556	
CSLL	80.489	1.228
COFINS	33.187	25.859
PIS	5.393	4.202
Total de Obrigações Tributárias	420.668	56.907

10. Outras Obrigações

A obrigação contábil registrada na conta "Depósito não identificado" refere-se aos recursos financeiros recebidos e temporariamente lançados nessa conta até que sua origem ou destinação específica seja reconhecida pela companhia e que possa garantir a alocação dos recursos para a liquidação das finalidades estabelecidas nos instrumentos contratuais correspondentes.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Depósito não identificado	298.688	77.578
Total de Outras Obrigações	298.688	77.578

11. Partes Relacionadas

A conta “Partes Relacionadas” refere-se a mútuo por despesas pagas pela controladora da companhia, com base em um contrato de rateio de despesas mantido entre as partes, sem prazo de vencimento e sem incidência de encargos:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Partes relacionadas	-	1.617.009
Total de Partes Relacionadas	-	1.617.009

12. Recursos de Debentures

Através da AGE realizada pela Companhia em 05 de outubro de 2020, os acionistas aprovaram a 1ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, tendo como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças firmados entre a emissora e os originadores dos direitos creditórios.

O valor total da Emissão é de R\$ 15.000.000 dividido em dez séries, sendo R\$ 1.500.000 (100 debêntures).

Em 19 de julho de 2021, os acionistas aprovaram a 2ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, tendo como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão d Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças firmados entre a emissora e os originadores dos direitos creditórios.

O valor total da Emissão é de R\$ 200.000.000 dividido em duas séries, sendo R\$ 10.000 (20 debêntures).

11ª série será de 80% (oitenta por cento) do lucro bruto da EMISSORA nas operações lastreadas pelas debêntures desta série e devidamente liquidadas, ou seja, deduzidas os custos tributários e eventuais variáveis de comissionamento à terceiros ou colaboradores tudo a ser devidamente discriminado a cada fechamento de exercício mensal.

12ª série será de 70% (oitenta por cento) do lucro bruto da EMISSORA nas operações lastreadas pelas debêntures desta série e devidamente liquidadas, ou seja, deduzidas os custos tributários e eventuais variáveis de comissionamento à terceiros ou colaboradores tudo a ser devidamente discriminado a cada fechamento de exercício mensal.

Em 25 de agosto de 2022, os acionistas aprovaram a 3ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, tendo como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão d Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças fiirmados entre a emissora e os originadores dos direitos creditórios.

O valor total da Emissão é de R\$ 50.000.000 dividido em três séries, sendo R\$ 1.000 (500 debêntures).

Em 31 de julho de 2023, os acionistas aprovaram a 4ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, tendo como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão d Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças fiirmados entre a emissora e os originadores dos direitos creditórios.

O valor total da Emissão é de R\$ 10.000.000 dividido em duas séries, sendo R\$ 1.000 (100 debêntures).

Em 01 de novembro de 2023, os acionistas aprovaram a 5ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, tendo como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão de Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças fiirmados entre a emissora e os originadores dos direitos creditórios.

O valor total da Emissão é de R\$ 20.000.000 em série única, sendo valor unitário R\$ 1.000 para a quantidade de (20.000 debêntures).

Em 18 de janeiro de 2024, os acionistas aprovaram a 9ª emissão de debêntures da companhia. Após a realização da 5ª emissão, não houve a efetivação da 6ª, 7ª e 8ª emissões de debêntures. Esta descontinuidade numérica decorreu de uma

readequação formal no fluxo de controle dos atos societários prévios, optando-se, por razões de celeridade e eficiência administrativa, pela manutenção do sequencial para a presente operação. As debêntures desta emissão poderão, sempre que especificado em sua série, ter caráter de subordinação, ocasião em que terá como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos do Debenturista nomeado Alta Performance, representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças.

O valor total da Emissão é de R\$ 100.000.000 dividido em 5 séries, sendo valor unitário R\$ 1.000 para a quantidade de (100.000 debêntures).

Em 26 de janeiro de 2024, os acionistas aprovaram a 10ª emissão de debênture da companhia, As debêntures desta emissão poderão, sempre que especificado em sua série, ter caráter de subordinação, ocasião em que terá como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos do Debenturista nomeado Alta Performance, representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças.

O valor total da Emissão é de R\$ 100.000.000 dividido em 5 séries, sendo valor unitário R\$ 1.000 para a quantidade de (100.000 debêntures).

Em 18 de setembro de 2024, os acionistas aprovaram a 11ª emissão de debênture da companhia, As debêntures desta emissão poderão, sempre que especificado em sua série, ter caráter de subordinação, ocasião em que terá como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos do Debenturista nomeado Alta Performance, representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças.

O valor total da Emissão é de R\$ 100.000.000 dividido em 7 séries, sendo valor unitário R\$ 1.000 para a quantidade de (100.000 debêntures).

Em 18 de setembro de 2024, os acionistas aprovaram a rratificação da 10ª emissão de debênture da companhia.

Em 09 de Julho de 2025, os acionistas aprovaram a 12ª emissão de debênture da companhia, As debêntures desta emissão poderão, sempre que especificado em sua série, ter caráter de subordinação, ocasião em que terá como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos do Debenturista nomeado Alta Performance, representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas

adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças.

O valor total da Emissão é de R\$ 100.000.000 dividido em 4 séries, sendo valor unitário R\$ 1.000 para a quantidade de (100.000 debêntures).

Em 09 de Julho de 2025, os acionistas aprovaram a rerratificação da 10ª emissão de debênture da companhia.

Dessa forma, as emissões anteriores já estão liquidadas, sendo que a conta “Total de recursos de debêntures” está composta da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Recursos de debentures	24.220.000	17.958.000
Rentabilidade S/ debentures	6.053.040	4.309.536
Recursos de debentures - AP	84.245.000	31.694.000
(-) Rentabilidade S/ debentures a apropriar- AP	(6.082.888)	
Rentabilidade S/ debentures - AP	33.827.592	10.806.786
Total de Recursos de Debentures	142.262.744	64.768.322

13. Patrimônio Líquido

Capital Social - O Capital Social da companhia é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Resultado do Exercício: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia obteve um lucro no valor de R\$ 2.099.702,48 (Dois milhões e noventa e nove mil, setecentos e dois reais e quarenta e oito centavos).

Reserva legal - A reserva legal constituída está dentro do limite de 20% não excedendo o capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 22º, § 1º, letra (a) do estatuto social da companhia.

14. Resultado Operacional

O resultado operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, dispostas abaixo:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receita Operacional	8.004.699	4.630.940
Receita Deságio - Sec	10.825.748	6.754.905
Receita Deságio – Alta Performance	27.145.184	11.759.911
(-) Custo de Capital	(4.326.634)	(2.340.981)
(-) Custo de Capital – Alta Performance	(25.242.670)	(11.928.336)
(-) Deduções da Receita	(396.929)	(244.559)
Despesas Operacionais	(3.629.391)	(4.823.077)
Despesas Operacionais	(3.629.391)	(4.823.077)
Resultado Operacional	4.375.308	(192.137)

15. Resultado Financeiros

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Despesas Financeiras	(1.557.882)	(366.471)
Descontos Concedidos	(967.752)	(136.499)
Despesas Bancárias	(141.836)	(65.881)
Juros Passivos	(12.436)	(803)
Juros Redescoto		(62.671)
Juros Conta Garantida	(226.829)	(78.862)
IOF	(21.809)	(21.755)
FEE CCB	(187.220)	
Receitas Financeiras	134.486	383.831
Receita de tarifas - Sec		164.088
Receita de tarifas – Sec		157.060
Rentabilidade sobre aplicações Fin.	134.486	62.683
Resultado Financeiro	(1.423.396)	17.360

16. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2025, bem como os critérios para sua valorização, estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada

Direitos Creditórios (nota 6): são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Empréstimos e financiamentos (nota 7): o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para o giro das atividades operacionais da empresa. Os empréstimos bancários estão embasados nos contratos junto as instituições financeiras e as taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. Os empréstimos com partes relacionadas estão condicionados as cláusulas pactuadas nos contratos de mútuo entre as partes.

Recursos de debentures (nota 12): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025.

Londrina-PR, 05 de maio de 2026

Thiago Eik Mendes Paloco
Diretor Presidente

Andre Eduardo Bravo
Diretor Vice-Presidente

Everton Leao Nascimento
Contador
CRC/PR – 054.015/O-5

2025-12 - DF's BME Securitizadora.pdf

Documento número #b9bdc5ce-4709-4529-858d-eba976a22d48

Hash do documento original (SHA256): ac2f52a4456f96ed8dfbbd1085509164f951140d4d659340811b51e0df9a1274

Assinaturas



Thiago Eik Mendes Paloco

CPF: 065.646.289-27

Assinou como diretor(a) em 25 jun 2026 às 13:48:56



Andre Eduardo Bravo

CPF: 055.976.129-56

Assinou como diretor(a) em 25 jun 2026 às 10:57:28

Andre Eduardo Bravo



Everton Leão Nascimento

CPF: 008.303.249-50

Assinou como contador(a) em 25 jun 2026 às 10:58:26

Log

- 25 jun 2026, 10:45:17 Operador com email everton.nascimento@bankme.tech na Conta dc3a8051-bbb9-4740-9dfd-a5589b74555a criou este documento número b9bdc5ce-4709-4529-858d-eba976a22d48. Data limite para assinatura do documento: 25 de julho de 2026 (10:45). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 25 jun 2026, 10:46:37 Operador com email everton.nascimento@bankme.tech na Conta dc3a8051-bbb9-4740-9dfd-a5589b74555a adicionou à Lista de Assinatura: everton.nascimento@bankme.tech para assinar como contador(a), via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Everton Leão Nascimento e CPF 008.303.249-50.
- 25 jun 2026, 10:46:37 Operador com email everton.nascimento@bankme.tech na Conta dc3a8051-bbb9-4740-9dfd-a5589b74555a adicionou à Lista de Assinatura: andre@bankme.tech para assinar como diretor(a), via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Andre Eduardo Bravo.

- 25 jun 2026, 10:46:37 Operador com email everton.nascimento@bankme.tech na Conta dc3a8051-bbb9-4740-9dfd-a5589b74555a adicionou à Lista de Assinatura: eik@bankme.tech para assinar como diretor(a), via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Thiago Eik Mendes Paloco e CPF 065.646.289-27.
- 25 jun 2026, 10:57:28 Andre Eduardo Bravo assinou como diretor(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail andre@bankme.tech. CPF informado: 055.976.129-56. Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 909011(...), vide anexo manuscript_25 jun 2026, 10-56-59.png. IP: 177.69.239.25. Componente de assinatura versão 1.1468.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 25 jun 2026, 10:58:26 Everton Leão Nascimento assinou como contador(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail everton.nascimento@bankme.tech. CPF informado: 008.303.249-50. IP: 200.195.174.218. Componente de assinatura versão 1.1468.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 25 jun 2026, 13:48:56 Thiago Eik Mendes Paloco assinou como diretor(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail eik@bankme.tech. CPF informado: 065.646.289-27. IP: 201.94.212.13. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.34536225587828 e longitude -51.18245972431955. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1468.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 25 jun 2026, 13:48:57 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número b9bdc5ce-4709-4529-858d-eba976a22d48.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº b9bdc5ce-4709-4529-858d-eba976a22d48, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

Anexos

Andre Eduardo Bravo

Assinou o documento enquanto diretor(a) em 25 jun 2026 às 10:57:28

ASSINATURA MANUSCRITA

Assinatura manuscrita com hash SHA256 prefixo 909011(...)

A handwritten signature in black ink that reads "Andre Eduardo Bravo". The signature is written in a cursive style. It is enclosed within a dashed rectangular border. A faint, semi-transparent watermark is visible over the signature, containing the text "Produção 909011" and "25, 26, 2026 10:57:28".

Andre Eduardo Bravo
manuscript_25 jun 2026, 10-56-59.png